PLURICULTURALIDADE E TERRITORIALIDADE INDÍGENA NO ORDENAMENTO BRASILEIRO: DESAFIOS DO MARCO TEMPORAL

PLURALISM UNDER THE CULTURAL ASPECTS AND INDIGENOUS PEOPLE TERRITORY IN THE BRAZILIAN LAW: CHALLENGES OF THE TEMPORAL FRAMEWORK

Carolina Braga Cavalcanti da Cunha[1]

RESUMO

Em face do processo de construção do estado brasileiro, vê-se que os povos indígenas foram mantidos à margem dos trâmites ordinatórios, sendo-lhes reservadas políticas públicas de assimilação. Ante à redemocratização brasileira em 1988, a nova Constituição Federal, lastreada em elementos de direitos humanos, sacramentados a partir da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, trouxe como prerrogativa maior observância quanto aos direitos dos povos indígenas, traduzindo assim um viés multicultural ao texto normativo, porém, tímido quanto à explicitação de uma perspectiva pluricultural, ocasionando assim a continuidade de determinadas práticas ainda assimilacionistas. Nisso, o debate da tese do Marco Temporal, a qual se demonstra como mecanismo remanescente das políticas de assimilação impostas aos povos indígenas outrora, ao ser incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, a partir da Lei Federal nº 14.701/2023, diverge da proposta objetivada pela própria Carta de Outubro. Assim, O presente artigo utiliza da metodologia da revisão bibliográfica, cujo objeto é o de compreender as vertentes dos pluralismos constitucionais, assim como os desafios quanto à sua aplicação, em face do Marco Temporal. Em tempo, estrutura-se o presente trabalho sob três objetivos: compreender os novos horizontes constitucionais, compreender o conceito de pluriculturalidade e sua apresentação em ordenamento nacional e analisar os desafios de sua aplicação ao campo material. Ante ao viés de tal artigo ser fruto de dissertação, apresenta-se como possíveis resultados a manutenção de prerrogativas de assimilação quanto aos direitos territoriais indígenas, ante a subversão dos objetivos estabelecidos em constituição federal, impondo assim entraves quanto a vertente de pluralidade.

Palavras-chave: Direito indígena; Marco Temporal; Pluriculturalidade.

ABSTRACT

In light of the process of constructing the Brazilian state, it is evident that indigenous peoples were kept on the margins of ordinary procedures, with public policies of

[1] Mestra em direito pela Universidade Federal de Pernambuco, email: carolbcc10@gmail.com

assimilation being reserved for them. Following Brazil's redemocratization in 1988, the new Federal Constitution, grounded in elements of human rights, brought as its main prerogative greater observance of the rights of indigenous peoples, thus introducing a multicultural bias into the normative text. However, it remained timid in explicitly adopting a pluricultural perspective, leading to the continuation of certain assimilationist practices. The Temporal Framework thesis, a remnant of past assimilation policies, when incorporated into the Brazilian legal system through Federal Law No. 14,701/2023, diverges from the objectives of the 1988 Constitution itself. This article uses bibliographic review to understand the aspects of constitutional pluralisms and the challenges of its application in the face of the Temporal Framework. It is structured around three objectives: to understand the new constitutional horizons, to understand the concept of pluriculturality and its presentation in national law, and to analyze the challenges of its practical application. The article presents as a possible result the maintenance of assimilationist prerogatives regarding indigenous territorial rights, subverting the goals established by the Federal Constitution and imposing obstacles to plurality.

Keywords: Indigenous Law; Temporal Framework; Pluriculturality.

1 INTRODUÇÃO

Pensar acerca do estabelecimento dos direitos indígenas, em contexto de América Latina, quanto ao âmbito normativo, demonstra-se como atividade complexa ao pesquisador. Tal fato decorre justamente ante ao fato de que o meio jurídico foi influenciado diretamente pelos motes coloniais, em vias de ser a noção de Estado latina fomentada a partir das bases europeias.

O conceito de Estado, no contexto brasileiro, funda-se a partir de valores eurocêntricos, fundados quanto aos preceitos do pensamento moderno, o qual, conforme estabelecido por Dussel (2005), constrói-se a partir uma perspectiva hierarquizante quanto à sociedade, em que o indivíduos envoltos ao pensamento "moderno" seriam compreendidos como mais desenvolvido que os demais. Logo, ante a tais concepções fomentarem a formação do conceito de Estado junto a teoria jurídica nacional, a própria cultura estatal não poderia partir de bases divergentes, ocasionando assim práticas de segregação ante à sociedade brasileira.

Assim, figura-se a perspectiva de um ente estatal monolítico, ou seja, que estrutura-se a partir de uma única perspectiva de ordem, partindo as perspectivas de poder de um centro uno, o Estado, o qual detém em seu bojo a prerrogativa de autoridade e a força de aplicação quanto às normas.

Tal perspectiva não apenas pode ser interpretada quanto aos adventos de controle dos sistemas normativos, mas também acaba por ensejar consequências quanto à projeção do imagético social acerca dos caracteres culturais e sua relação quanto ao próprio ordenamento. Em apenas se pensando na existência de uma perspectiva única de poderio dentro de um espaço geográfico, torna-se complexa a construção de normativos que viabilizem percepções plurais quanto aos cidadãos.

Tomando como base os direitos territoriais indígenas, vê-se justamente tal premissa. Tal fato deve-se a questão de que, ante as bases do pensamento moderno europeu, disseminado em terras tupiniquins em período colonial, ter lastreado a cultura jurídica nacional, observa-se a exclusão das cosmovisões indígenas quanto a produção normativa, ensejando assim uma política em meio formal de integração dos povos ao que se compreenderia como “cidadão brasileiro”, acarretando a perda das identidade étnicas dos povos indígenas. Criando-se, então, um Estado homogêneo quanto à vertente cultural, reputando a um passado distante quanto aos povos, já ultrapassado pela modernidade.

Entretanto, a partir da década de 80, mediante a "explosão" de movimentos relacionados aos direitos humanos no contexto Latino, ante ao histórico recente de regimes autoritários, culminaram com a reforma legislativa em diversos países, com a formação de novas Constituições, com maior participação social. Não se podendo olvidar aqui a participação dos movimentos indígenas, os quais tiveram forte impacto quanto a tais transformações.

Quanto ao meio brasileiro, tais impulsões de direitos coletivos ensejaram na constituinte de 1987, a qual passou a debater acerca dos direitos dos povos indígenas, sendo alvo de amplo debate justamente a temática territorial.

Logo, vê-se que a construção do texto constitucional de 1988 quebrou com as prerrogativas de assimilação quanto aos povos indígenas, instituindo assim uma nova vertente de reconhecimento acerca da diversidade cultural, conforme a redação final do art.231 da Carta de Outubro, ter reconhecido em seu *caput* o direito a seus costumes, línguas e crenças, sendo inclusive a posse de seus territórios relacionadas a tais perspectivas de tradicionalidade, integrando o que considera-se como multiculturalismo.

Assim, o presente artigo pretende, a partir do marco teórico estabelecido por pesquisadores das perspectivas de pluralidade constitucional, compreender a vertente de pluriculturalidade quanto ao ordenamento jurídico nacional, tomando como referência os direitos dos povos originários, especificamente, àqueles relativos à territorialidade, pretendendo assim verificar quais vertentes a tal premissa encontram-se registradas junto às normas brasileiras e os desafios impostos pela tese do Marco Temporal.

2. NOVOS HORIZONTES CONSTITUCIONAIS

Antes de procedermos a conceituar o que viria a ser pluriculturalidade, é necessário compreender as noções de Estado e de direito e a relação entre ambos. Para fins deste trabalho, utilizaremos como lastro a obra "Teoria da Política e do Estado", da Professora Dra. Flavianne Nóbrega.

O "Estado", tal qual conhecido atualmente, "nasce" juntamente das bases do Modernismo, sendo assim a sua concepção totalmente influenciada pelas ideais que permeiam tal período. Quanto às origens do Estado, ante ao âmbito jurídico, estabelecem-se como predominantes duas teorias: jusnaturalismo e juspositivismo.

O advento do juspositivismo, o qual firma as bases dos ordenamentos contemporâneos ocidentais, firma-se ante a premissa de que o Estado baseia-se na racionalidade humana, em que, o indivíduo sendo racional ele escolheria subordinar-

se a uma ordem una, a fim de garantir uma estrutura normativa, firmada a partir de um "contrato social".

Cabe ressaltar que tal “contrato social” demonstra-se como hipotético, servindo-se mais ao propósito de justificativa quanto à existência do Estado e ao seus mecanismos de administração.

Conforme preceituado por Lôbo (2011), o advento do positivismo omitiu as relações de subordinação entre os indivíduos, em que, considerando-se o contexto Moderno, as elites detinham o poder, dominando a produção de direito, moldando-o para alçar seus interesses. Logo, o Estado pode ser compreendido como uma estrutura de controle social, com potencialidades de construir mecanismos de dominação e o direito demonstra-se como aparato sob o qual o Estado se justifica, empreendendo regras que determinem a sua sobrevivência como estrutura de poder, ensejando pensamentos homogeneizantes.

Nisso, ante a tal explicação, cabem reflexões acerca dos novos horizontes constitucionais. O pensado por Farjado (2011, p. 140) acerca da formação dos Estados pós colonialismo na América Latina, explicita, quanto aos ordenamentos jurídicos de tal contexto histórico, parâmetros quanto à sujeição indígena, em que:

> O projeto (...) de sujeição indígena do horizonte do constitucionalismo liberal se expressou conforme três técnicas constitucionais: a) assimilar ou converter aos índios em cidadãos de direitos individuais mediante a dissolução dos povos indígenas- com terras coletivas, autoridades próprias e foro indígena- para evitar levantes indígenas; b) reduzir, civilizar e catequizar aos indígenas ainda não colonizados, a quem as Constituições chamavam de “selvagens”, para expandir a fronteira agrícola; e c) conduzir a guerra ofensiva e defensiva contra as nações indígenas- com as que as coroas haviam firmado tratados e as que as Constituições chamavam “bárbaros”- para anexar seus territórios ao Estado. (tradução livre)[2]

[2] En el siglo XIX, el proyecto criollo de sujeción indígena del horizonte del constitucionalismo liberal se expresó bajo tres técnicas constitucionales: a) asimilar o convertir a los indios en ciudadanos intitulados de derechos individuales mediante la disolución de los pueblos de indios –con tierras colectivas, autoridades propias y fuero indígena– para evitar levantamientos indígenas; b) reducir, civilizar y cristianizar a los indígenas todavía no colonizados, a quienes las Constituciones llamaron “salvajes”, para expandir la frontera agrícola; y c) hacer la guerra ofensiva y defensiva contra las naciones indias –con las que las coronas habían fi rmado tratados y a las que las Constituciones llamaban “bárbaros”– para anexar sus territorios al Estado.

Compreende-se que, ante ao processo de independência brasileira e a promulgação da Constituição de 1824, o então Império brasileiro procedeu a reproduzir as premissas consubstanciadas quanto ao modernismo europeu, promovendo políticas de assimilação quanto aos indígenas. Manuela Carneiro da Cunha (1992) sintetiza os caminhos da política indigenista ao século XIX, enfatizando o processo de ocupação dos territórios indígenas e sua distribuição por parte Estado, forçando-os a integrar um perfil determinado de cidadão brasileiro.

Ao século XX, passam-se a verificar alterações quanto ao meio constitucional da América Latina. Farjado (2011), aponta que se observam três ciclos de reformas constitucionais quanto aos direitos indígenas: constitucionalismo multicultural, o pluricultural e o plurinacional, os quais demonstram-se como meios de questionar a prerrogativa homogeneizadora incutida pela premissa modernista.

2.1. O Constitucionalismo Multicultural

Compreende-se o constitucionalismo multicultural como àquele relativo à premissa reformista desenvolvida junto aos anos 80, encarnando as novas demandas indígenas quanto a seus direitos, sendo requisitado o processo de reconhecimento da diversidade cultural, devendo ser incorporado ao texto constitucional as premissas de multiculturalidade e multilinguagem. Tal ciclo introduz uma perspectiva de direitos individuais e coletivos, inaugurando uma prerrogativa de normativas que ensejam o direito à identidade cultural, além de direitos específicos quanto aos povos originários, como o territorial.

Apesar de trazer aspectos inovadores, tal mote constitucional, conforme Farjado (2011), não chegou a reconhecer, de forma explícita, o pluralismo jurídico. Feita esta definição, demonstra-se como importante ressaltar que tal construção constitucional encontra-se exemplificada junto ao próprio texto constitucional brasileiro.

2.2. O Constitucionalismo Pluricultural

Quanto ao constitucionalismo pluricultural, o mesmo conceitua-se como uma premissa aumentada acerca da vertente multicultural, ampliando as noções dos direitos coletivos, imputando reconhecimento quanto a nações multiétnicas e à pluralidade do Estado, redefinindo-o quanto as bases monistas.

O advento da pluriculturalidade tem seu desenvolvimento registrado junto à década de 90, ao início dos anos 2000, lastreado pela promulgação da Convenção 169 da OIT (1989). Ela incute no reconhecimento e oficialização dos idiomas indígenas, o redimensionamento dos direitos relativos à territorialidade, incluindo a consulta pública, e na positivação do pluralismo jurídico, revertendo a percepção do Estado como um ente monolítico.

A pluriculturalidade, quanto ao meio constitucional, passa a admitir, formalmente, a existência das normas e práticas jurídicas próprios aos povos indígenas, além de suas estruturas de poder. Nisso, acaba-se por "questionar a ideia clássica de soberania e o monopólio que as constituições delegam aos "poderes e órgãos soberanos" do Estado para produção do direito e violência legítima". (Farjado, 2011, p.142, livre tradução)[3]

2.3. O Constitucionalismo Plurinacional

Tem-se como terceiro ciclo, o constitucionalismo plurinacional, firmando-se quanto aos primeiros anos da década de 2010, carregando em sua essência as expressões transformadoras da virada do século, principalmente quanto a aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos indígenas.

Este ciclo demonstra-se como mais amplo, propondo uma reforma quanto à própria concepção de Estado, partindo do preceito de reconhecimento de forma clara acerca das tradições históricas quanto aos povos indígenas, remontando à concepção de "nação" quanto aos mesmos.

[3] la idea clásica de soberanía y el monopolio que las Constituciones asignaban a los "poderes u órganos soberanos" del Estado para la producción del derecho y la violencia legítima

Reesink (2004) explica que, anteriormente ao processo colonizador, os povos indígenas organizavam-se em nações, as quais existiam de forma independente das demais. Entretanto, quanto ao processo de sujeição das populações indígenas ante a colonização, tais elementos passaram a ser desconsiderados, fulminando assim a concepção de institutos próprios dos povos indígenas.

Evidencia-se a plurinacionalidade, na América Latina, a partir das Constituições da Bolívia (2009) e do Equador (2008).

3. A PLURALIDADE QUANTO AO CONTEXTO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Conforme dito, o ordenamento brasileiro, após a Constituição Federal de 1988, encontra-se alinhado quanto às reformas introduzidas pelo ciclo multicultural.

Nisso, compreende-se que o multiculturalismo demonstra-se como uma vertente inaugural quanto ao pensamento pluralista em âmbito normativo, sendo neste primeiro momento reconhecida formalmente a premissa da multiplicidade cultural existente em determinado Estado, quebrando assim com a prerrogativa estabelecida quanto à tradição colonial estabelecida em margens modernista europeias, as quais empreendem uma perspectiva de cultura, associada a um perfil específico de povo. Tais apontamentos evidenciam que o texto constitucional de 1988 tentou, por meio de norma, encerrar com as prerrogativas de assimilação, antes estabelecidas pelo próprio Estado.

Fernando Dantas (2014) acerta em fundamentar que se estabelece quanto aos povos indígenas a concepção do direito à diferença em paralelo ao de igualdade, já conhecido em âmbito liberal, ensejando assim direitos específicos quanto a percepção do “diferente”. Apesar de a Carta de Outubro não ter explicitamente reconhecido os povos indígenas em um espectro do direito à diferença, o texto teve o cuidado de discriminar direitos específicos dos povos originários.

Tais garantias encontram-se relacionados ao cerne identitário de tais grupos, sendo eles o reconhecimento à autodeterminação, o qual deságua nas organizações

sociais, linguagem, crenças e elementos tradicionais, atrelando-os a uma vertente territorial, em vias de ser a partir do território que se trata como possível a continuidade dos traços culturais dos povos, criando-se com o espaço geográfico laços de ancestralidade.

Logo, consubstancia que tal reforma estabelecida quanto ao campo constitucional, demonstra alterações quanto aos objetivos trazidos em campo formal, uma vez que o constitucionalismo multicultural impõe o respeito às diferenças. Dantas (2014) segue explicando que os textos constitucionais em meio latino americano à década de 80, inclusive o brasileiro, começam a abrir espaço à premissa da pluralidade, reconhecendo os direitos humanos relativos aos povos indígenas.

Assim, não se demonstra como errado afirmar que o Brasil é um país que se reconhece como um Estado multicultural, conforme promulgação da Constituição Federal de 1988. Tal advento traz para o campo normativo elementos que já demonstraram, quanto ao meio material, em vias de que, ao longo da história nacional, determina-se como possível observar as multiplicidades de povos e tradições quanto ao território brasileiro, as quais, ante a formação dos Estados a partir de uma experiência colonial, não demonstraram-se como reconhecidas

Marés de Souza Filho (2003, p.03) relata que os ordenamentos jurídicos em contexto latino perpetraram prerrogativas de realce e garantia quanto aos direitos individuais, ensejando um "esquecimento de seus índios e a omissão de qualquer direito que não fosse a possibilidade de aquisição patrimonial individual. Portanto aos índios sobrou como direito a possibilidade de integração como indivíduo, como cidadão". A produção jurídica remetia a uma concepção de realidades homogêneas, voltada para a proteção à propriedade privada, negligenciando a cosmovisão indígena.

Nisso, em se trazendo aqui a perspectiva das Constituições Latinas, observa-se justamente a tentativa de estabelecer como sujeito a ser protegido pelas normas,

justamente àquele que se assemelhasse às bases liberais, sendo a cosmovisão dos povos indígenas negligenciada.

Logo, verifica-se que em decorrência da natureza inata da coletividade quanto aos direitos indígenas, observa-se a necessidade de alteração quanto as noções estatais, uma vez que, ao texto constitucional reconhecer, mesmo que implicitamente, o advento da diferença quanto aos aspectos culturais e da pluralidade étnica, faz-se necessário alterar suas fundamentações. Em vias de o advento do multiculturalismo constitucional estabelecer um novo paradigma quanto aos sujeitos de direito, quanto a um viés de coletividade, desentranhando-se quanto a premissa de individualidade balizada junto às noções de Estado Moderno, faz-se importante alterar-se os mecanismos disposto em meio estatal de participação e, principalmente, quanto às reclamações de demandas por tais grupos, a partir de um viés que coadune-se com as construções de autogestão dos povos indígenas.

Os vieses de pluralidade constitucional não pedem pelo fim do Estado, mas sim, a sua transformação, saindo-se de uma noção estabelecida em um Estado nação formatado em bases homogêneas.

Nesse ínterim, observa-se que à adesão a uma premissa multicultural quanto à Constituição não se demonstra como em toda efetiva para se alçar novos objetivos, em analisando- se por um viés institucional. Isto é, não apenas a configuração legalista demonstra-se como a culminância de um epicentro plural quanto a cultura, mas, faz-se necessária também mudanças quanto ao aparato estrutural.

Assim, é importante que se coadune aos estudos teóricos uma preocupação ante ao campo material, em virtude da própria natureza da norma ser de afetação quanto ao meio fático. A construção de objetivos quanto ao campo normativo necessita de uma dimensão prática quanto à análise de sua execução, a fim de se verificar a efetividade das instituições a que representa, em considerando o próprio texto normativo constitucional como meio institucional formal.

Assim, observa-se que o multiculturalismo levanta a possibilidade de transformações quanto ao meio legislativo, ensejando novos objetivos quanto a Constituição Federal, em vias de que, ante as bases homogêneas da construção de "igualdade", detinha-se como missão estatal a integração dos povos indígenas ao que se compreenderia como "cidadãos brasileiros", extirpando-se assim os indígenas de seus caracteres singulares, ensejando padrões de *espistemicídio*.[4]

Logo, como afirmado anteriormente, a fim de que tais objetivos sejam alçados demonstra-se como necessária a cooperação dos atores sociais, sendo tal vertente exclusiva das práticas do mesmo. Nesse contexto, verifica-se aqui a importância do direito quanto aos mecanismos de fomento de tais metas, em face de ser o instituto jurídico como esteio das práticas em consonância as normas postas, em vistas de seu caráter regulador, como visto no tópico anterior.

Logo, em se pensando na expansão de tal premissa teórica quanto ao direito e ao Estado, em conformidade as bases Moderna europeias, ante aos processos colonizadores, vê-se que tais construções mantiveram-se vivas, mesmo em espaços e contexto diferentes aos da Europa, ante às adaptações e imposições construídas junto às próprias colônias, ensejando assim a segregação da coletividade quanto à grupos que passam a se assemelhar aos colonizadores e os que não, sendo o direito instrumento balizador de tais separações, demonstrando-se que o aparato jurídico, na verdade, funciona como mecanismo de controle social, replicando acepções delineadas por grupos de poder. Em que, quanto ao contexto aqui aduzido, traduz-se quanto àqueles que assemelhavam- se as construções europeizadas, quais sejam, as elites quanto ao campo Latino.

Nisso, vê-se que apesar da norma encontrar-se em outro parâmetro, os códigos simbólicos compartilhados ante à sociedade ainda precisam ser

[4] Fernando Dantas (2014), aduz a premissa do epistemicídio a partir de bases culturais, em face da retirada dos caracteres culturais dos povos indígenas quanto às políticas assimilacionistas impostas junto às políticas estatais perpetradas pela tradição ordenativa brasileira. O autor estabelece que , ante ao meio político governamental demonstrar-se como contrário as cosmovisões indígenas, instituindo noções de "igualdade" calcadas em bases de assimilação, impõe uma espécie de morte quanto aos povos, uma vez que o indígena passa a ser dissolvido em um contexto cultural homogêneo perpetrado pela sociedade brasileira

desdobrados. Na prática, ainda prevalecem os sentidos atribuídos aos direitos em um espectro individual, pois tais premissas são novidades ante a bases cristalizadas, não estando firma uma tradição jurídica quanto a aplicabilidade de construções coletivas.

A própria natureza dos direitos coletivos e da multiplicidade cultural demonstram-se como desafios, pois sua aplicação não é simplista, prescindindo de uma compreensão acerca das singularidades dos grupos. Cada grupo é singular, apresentando traços culturais próprios. Apenas reconhecer a multiplicidade cultural, sem levar em consideração a construção das diferenças, demonstra-se como forma de manter práticas homogeneizantes. Entretanto, tal concepção não pode servir como justificativa para a não aplicação da multiplicidade cultural, pois tal sobrestamento também representa meios de manutenção de uma prerrogativa assimilacionista.

Assim, destaca-se o preceituado por Duprat (2017, p.06):

> "(...) (2) há que se eleger o instrumento de mais ampla e rápida eficácia e adaptá-lo às especificidades desses direitos; e (3) a aplicação do direito nacional, em demandas que envolvam esses grupos e/ou seus membros, requer leitura que leve em conta as suas diferenças."

Urge não apenas a existência de normas que preconizem a multiplicidade cultural, mas demonstra-se como essencial a cooperação dos atores envolvidos na aplicação destes mecanismos, para que suas práticas rememorem a natureza do multiculturalismo. A norma prescinde da prática para a sua efetividade. Reconhece-se que a prática quanto aos direitos indígenas ainda se associa a parâmetros positivistas e de assimilação, demonstrando que o ranço colonial segue ativo, apesar das transformações em meio nacional e internacional.

Torna-se ainda mais desafiador as análises acerca do multiculturalismo quanto ao contexto brasileiro, ante ao fato de que, o ordenamento pátrio não se esgotou apenas quanto a tal manifestação de pluralidade de primeiro ciclo de reformas constitucionais, mas também incluiu elementos delineados por acepções mais amplas acerca de pluralidade, quais sejam, a vertente pluricultural e plurinacional relatadas acima. Isto deve-se ao fato de terem sido incorporados ao jugo normativo nacional a própria Convenção nº 169 da OIT , elemento simbólico quanto

as prerrogativas de direitos coletivos e reconhecimento de sistemas jurídicos inatos aos povos indígenas, característica diferencial demonstrada junto a vertente de pluriculturalidade.

Tal instituto deriva de construções advindas do âmbito internacional, comprovando-se assim as transformações estabelecidas quanto ao meio global, principalmente ao que tange aos direitos humanos, em que, estabelece-se concepções mais respeitosa quanto às premissas dos povos indígenas como protagonistas de transformações sociais. A presente Convenção, encontra- se, atualmente, junto ao Decreto Federal nº 10.088/2019, fazendo assim parte do ordenamento jurídico brasileiro.

Nisso, observa-se que, ante aos desafios aqui apresentados quanto ao processo de estabelecimento de premissas mais plurais quanto aos direitos indígenas em contexto nacional, torna-se ainda mais confuso, ante à inclusão da própria Convenção nº 169 ao ordenamento , uma vez que tal construção normativa amplia ainda mais a noção de pluralidade constitucional.

Este debate demonstra-se ainda mais difícil em virtude do processo de aprovação da tese do Marco Temporal, que dificulta a dimensão material do multiculturalismo, em sendo a prática jurídica fluída quanto a conceituação multicultural das perspectivas dos direitos indígenas, em que, os operadores de direito empreendiam acepções similares aos direitos coletivos àquelas de viés individual, o Marco Temporal acaba por dificultar mais ainda tal dimensão material de multiculticulturaldiade, em vista de trazer ao escopo formal, elementos relativos ainda ao campo assimilatório.

Logo, ante a tal construção, demonstra-se como necessário debruçarmo-nos quanto aos desafios de aplicabilidade quanto ao viés de pluralidade cultural quanto aos povos indígenas junto ao ordenamento jurídico nacional, conjecturando tal questão quanto ao Marco Temporal, elemento desafiador quanto a aplicação da pluriculturalidade.

4. DESAFIOS À APLICABILIDADE DA VERTENTE PLURALISTA CONSTITUCIONAL QUANTO AO ESTADO BRASILEIRO E O MARCO TEMPORAL

Em princípio, é necessário aqui trazer algumas considerações acerca da Convenção nº 169 da OIT.Constata-se que a mesma foi promulgada em 1989, ou seja, um ano depois da Constituição Federal de 1988 ser homologada, não efetivando assim as renovações trazidas em meio da Convenção de pronto, em vias da mesma ainda não existir à época. Entretanto, não deixou tal texto normativo internacional de empreender certas influências quanto a construção das prerrogativas de pluralidade quanto ao texto constitucional pátrio.

Farjado (2011), indica que a Convenção nº 169 da OIT, em seu art. 8º, estabelece uma fase de reconhecimento amplo quanto à pluralidade cultural, incluindo quanto ao rol dos direitos dos povos indígenas a acepção do chamado pluralismo jurídico, o qual quebra com a noção do Estado como sistema uno, monista, reconhecendo a produção normativa dos povos indígenas, além de suas autoridades e a perspectiva de direito comunal produzido no interior das comunidades dos povos originários.

Estabelece-se um contexto de pulverização das fontes de produção ordenativa, retirando o monopólio de soberania do Estado e redistribuindo-o às comunidades indígenas. Esta sistematização do ciclo pluricultural foi incorporada ao ordenamento nacional. Assim, constata-se que as perspectivas de pluralidade junto ao ordenamento brasileiro são visíveis, entretanto, as mesmas encontram-se em um emaranhado complexo quanto as perspectivas da própria multiplicidade cultural.

Assim, a Convenção acaba por trazer para o meio externo uma concepção que a muita já vinha sendo praticada.

Estabelece-se assim, um contexto de pulverização quanto às fontes de produção ordenativa, uma vez que não se apenas se considera como instrumento normativo àqueles registrados junto ao ordenamento, mas também às praticadas junto aos povos originários, retirando o monopólio de soberania relativo ao Estado, e redistribuindo-o quanto à comunidades indígenas em seu interior.

Logo, o que se constata é justamente a existência de um ordenamento rico em direitos relativos a minorias sociais, frutos das transformações quanto ao campo dos Direitos Humanos em meio internacional, mas que acaba por falhar quanto aos mecanismos de efetivação. ,

Assim, aponta-se como principais desafios enfrentados quanto à acepção da pluralidade ante ao ordenamento nacional, delineia-se quanto à prática, Isto deve-se ao fato de que, percebe-se a alocação de novos sentido quanto aos conceitos de cultural e de pluralidade quanto as reformas constitucionais de 1988, porém, deixou o Estado brasileiro de empreender meios de efetivar tais alterações quanto ao meio material, em vias de seguir ainda viva quanto ao meio fático ainda premissas relativas aos textos anteriores, sendo a cultura jurídica nacional ainda lento quanto aos processos de mudança quanto aos direitos indígenas.

Antes de prosseguirmos, faz-se necessário aqui empreender um parênteses acerca da relevância da cultura, terminologia essa bastante utilizada ao presente tópico.

Faz-se aqui referência quanto aos elementos relativos a práxis compartilhada por determinada coletividade, principalmente quanto aos padrões de comportamento vistos em meio social, isto porque, tal vertente do aspecto cultural associa-se às premissas relativas ao estudo das Instituições, premissa base da presente pesquisa. Logo, apesar de estabelecida a perspectiva de multiplicidade cultural, ainda seguem vivos elementos culturais associados a prerrogativas de assimilação, formados pelas práticas jurídicas dos operadores do direito, dificultando a implementação de um viés plural. Além disso, o próprio multiculturalismo é alvo de críticas quanto ao preceito de pluralidade.

Logo, vê-se que, apesar de estabelecida a perspectiva de multiplicidade cultural, ainda seguem-se vivos elementos culturais associados a prerrogativas de assimilação, em vias de todo o contexto formados das práticas jurídicas relativas aos ordenadores de direito, dificultando-se assim a implementação de um viés plural quanto aos direitos dos povos indígenas em contexto nacional. Não obstante a isso,

verifica-se que o próprio instituto do multiculturalismo demonstra-se como alvo de críticas quanto ao preceito de pluralidade.

Tal fato destacado por Farjado (2011), ante ao fato de que a perspectiva multicultural não questionar as bases monistas do Estado, mantendo as perspectivas de um poderio uno, sem reconhecer as prerrogativas do pluralismo jurídico. ante ao fato de que a perspectiva multicultural não questionar as bases monistas do Estado, mantendo as perspectivas de um poderio uno, sem reconhecer as prerrogativas do pluralismo jurídico.

Nisso, apesar das críticas relevantes a serem feitas, não se pode deixar de notar que o processo do multiculturalismo demonstrou-se como importante quanto às mudanças de paradigma relativas aos direitos indígenas, em vias de, pela primeira vez, trazer para o âmbito de Instituições formais, objetivos de maior inclusão quanto aos preceitos indígenas. Porém, também passa a ser insuficiente por si só, sendo necessário para se avançar acerca do debate de multiplicidade cultural em contexto brasileiro demais mecanismos que afiram efetividade quanto as práticas, em face de ainda vigorarem, quanto ao campo material, elementos relativos as premissas de uma cultura jurídica associada a preceitos coloniais, quais sejam , relativos à sujeição indígena e subordinação quanto a construções homogêneas de cultura, sendo este o principal desafio quanto à aplicabilidade da pluralidade quanto ao ordenamento jurídico pátrio.

Nisso, observa-se que o próprio obstáculo à aplicação de premissas plurais, devido aos resquícios coloniais nas interpretações dos direitos indígenas, auxiliou na aprovação da tese do Marco Temporal no meio normativo. O Marco Temporal retoma, em campo formal, elementos abdicados anteriormente pelo multiculturalismo, ao imprimir premissas assimilatórias, estabelecendo como direito territorial a ocupação apenas a partir da promulgação da CF/88 , qual seja, 5 de outubro de 1988.

Constata-se que o Marco Temporal comprova a existência ainda quanto ao campo material de elementos assimilatórios, sendo os próprios desafios quanto a aplicabilidade da vertente de pluralidade como meios a acentuar tais valores ainda arraigados quanto à cultura jurídica, em vias de que, aos ordenadores exercerem

determinados entraves quanto ao viés do multiculturalismo, ante a ausência de reformas mais a fundo quanto as prerrogativas de culturalidade, como já relatado, abrem-se brechas, quanto aos sujeitos para empreender a retomada de elementos pacificados quanto ao âmbito informal.

Dessa forma, o processo de aprovação do Marco Temporal demonstra as motivações que ensejaram sua promulgação, tomando como ponto de partida a dificuldade de aplicação do viés plural, ensejando a manutenção de padrões assimilatórios quanto aos direitos indígenas, em específico, os territoriais.

5 CONCLUSÃO

Em se compreendendo o histórico ordenativo brasileiro, compreende-se que estabeleceu-se um crivo de cultura legalista relativa à assimilação dos povos indígenas, sendo os preceitos relacionados às cosmovisões indígenas ignorados.

Tal histórico consubstancia-se justamente pelas bases coloniais estabelecidas quanto à fundamentação do Estado nacional, ancoradas nas perspectivas europeias da Modernidade. Esta vertente delimita o sujeito de direito a uma premissa mercadológica, devendo os indivíduos assemelhar-se a um perfil eurocêntrico: homem, branco e acumulador de propriedades. Incorporada ao Brasil, ao Estado não havia espaço para os povos originários, vistos como "atrasados" e não como sujeitos de direito, a menos que se coadunassem com as premissas liberais.

Nesse contexto, o Estado brasileiro deu continuidade a tais construções, ensejando políticas públicas de assimilação, a fim de destituir os povos de seus caracteres tradicionais e imputar-lhes um modo de vida "desenvolvimentista". Este discurso também serviu de substrato para justificar a expropriação dos territórios indígenas.

Conforme Cunha (1992), se nos primeiros momentos da colonização a questão indígena era de "trabalho", a partir do século XIX transforma-se em uma questão de "terras", ante a necessidade de exploração dos bens naturais, justificando

a expropriação para não indígenas. Esta perspectiva ensejou diversos conflitos, fruto do confronto entre a visão europeia de terra como propriedade privada e comercial e a visão indígena de território como elemento tradicional e cultural.

Tais prerrogativas perduraram, sendo reforçadas pelo Estado. Entretanto, este paradigma sofre modificações com a CF/88, que estabeleceu oficialmente o reconhecimento da pluralidade cultural e a tradicionalidade das cosmovisões indígenas.

No entanto, apesar da alteração normativa, a perspectiva de assimilação seguiu viva nas práticas, principalmente nos direitos territoriais, materializada por atores relevantes na imposição das normas, ensejando obstáculos à pluriculturalidade. A homologação da tese do Marco Temporal é o exemplo mais contundente deste contínuo sentimento de assimilação.

Assim, verifica-se a existência de elementos de obstáculo à aplicação da pluriculturalidade, escancarando os desafios enfrentados pelos povos originários no meio jurídico até a atualidade. Evidencia-se que ainda seguem ativas as concepções assimilacionistas, sendo necessário, para realmente dirimi-las, processos de mudanças institucionais profundas que cheguem às bases da problemática indígena no contexto nacional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Manuela Carneiro da. Politica indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. cap. 07, p. 115-132.

DANTAS, Fernando Antonio de Carvalho. Descolonialidade e direitos humanos dos povos indígenas. Revista de Educação Pública, [s. l.], ano 1, v. 23, ed. 53, p. 346-367, maio/ago 2014.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. cap. 02, p. 24-32

FAJARDO, Raquel Z. Yrigoyen. El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la descolonización. In: GARAVITO, César Rodríguez (coord.). El derecho en América Latina: Un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI. Argentina: Siglo veintiuno, 2011. cap. 06, p. 139-160

LÔBO, SANDRO HENRIQUE CALHEIROS. CONSTRUINDO O PLURALISMO JURÍDICO NO BRASIL: A experiência da harmonia coercitiva no povo Xukuru do Ororubá. Orientador: Vânia Rocha Fialho de Paiva. 2011. 199 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

NÓBREGA, Flavianne Fernanda Bittencourt. Teoria política e do estado. Recife: Ed. UFPE, 2018

REESINK, E. B. A felicidade do povo brasileiro: notas sobre a visão do mundo construído no discurso oficial a respeito de etnicidade e nações indígenas no Brasil e os embates da disputa simbólica. Mneme, v. 5, n.11, p. 1-15, 2004

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Multiculturalismo e direitos coletivos. In SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003